

Antônio Augusto Mayer dos Santos

# CAMPANHA ELEITORAL

*Teoria e Prática*

3ª EDIÇÃO

Revista, atualizada e ampliada

2022

 EDITORA  
JusPODIVM  
[www.editorajuspodivm.com.br](http://www.editorajuspodivm.com.br)



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo  
Tel: (11) 3582.5757

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

**Copyright:** Edições JusPODIVM

**Capa e diagramação:** Maitê Coelho e Cendi Coelho ([cendicoelho@gmail.com](mailto:cendicoelho@gmail.com))

D536 Diálogos sobre o Direito Eleitoral / Marcos Youji Minami – São Paulo:  
Editora Juspodivm, 2022.  
960 p. (Diálogos / coordenador Mozart Borba)

Bibliografia.  
ISBN 978-85-442-3705-2

1. Direito Constitucional. 2. Direito eleitoral. I. Minami, Marcos Youji.  
II. Borba, Mozart. III. Título.

CDD 341.28

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

# SUMÁRIO

<b>Capítulo 1</b>	
<b>VOTAÇÕES E ELEIÇÕES.....</b>	<b>35</b>
1.1. Opções de voto do eleitor.....	35
1.2. Votos nulos e eleições válidas .....	36
1.2.1. Anulação da votação de candidato cassado por práticas eleitorais ilícitas - virada jurisprudencial do TSE.....	40
1.3. Eleição suplementar .....	43
1.3.1. Norma de regência .....	44
1.3.2. Trânsito em julgado.....	47
1.3.3. Forma da eleição.....	49
1.3.4. Abrangência para municípios com menos de duzentos mil eleitores e Senadores da República .....	50
1.3.5. Vacâncias estaduais e municipais .....	51
1.3.6. Normatização das eleições suplementares.....	53
1.3.6.1. Impossibilidade de redução de prazos processuais.....	53
1.3.6.2. Cadastro eleitoral .....	56
1.3.7. Casuística das eleições suplementares .....	56
1.4. Sistemas eleitorais.....	57
1.4.1. Sistema majoritário.....	58
1.4.2. Sistema proporcional.....	58
<b>Capítulo 2</b>	
<b>COLIGAÇÕES.....</b>	<b>59</b>
2.1. Fontes legais .....	59
2.2. Conceitos.....	59
2.3. Liberdade de coligação.....	60
2.4. Denominação .....	61
2.5. Personalidade jurídica e legitimidade processual.....	62
2.6. Representantes ou Delegados .....	64

<b>Capítulo 3</b>	
<b>CONVENÇÕES PARA ESCOLHA DE CANDIDATOS .....</b>	<b>65</b>
3.1. Fontes legais .....	65
3.2. Conceito .....	66
3.3. Período para realização.....	66
3.4. Propaganda intrapartidária.....	66
3.5. Oposição às diretrizes nacionais.....	67
3.6. Local de realização .....	68
3.7. Ata .....	68
3.8. Divergências internas e violações estatutárias .....	69
3.9. Recurso Contra a Expedição de Diploma .....	72
3.10. Observador eleitoral .....	72
3.11. Candidatura nata .....	73
3.12. Filiado preso .....	73
3.13. Outras situações .....	75
3.14. Liberdade de expressão e propaganda antecipada .....	76
3.15. Níveis de convenção partidária.....	79
<b>Capítulo 4</b>	
<b>REGISTRO DE CANDIDATURA .....</b>	<b>81</b>
4.1. Cotas de gênero .....	82
4.1.1. Fontes legais .....	82
4.1.2. Breve histórico.....	83
4.1.3. Desorganização e indeferimento de registro .....	85
4.1.4. Vagas remanescentes e substituições.....	86
4.1.5. Candidaturas laranjas.....	86
4.1.6. Ministério Público Eleitoral.....	92
4.1.7. Legislação partidária.....	92
4.2. Declaração de bens .....	93
4.2.1. Fontes legais .....	93
4.2.2. Bens declaráveis .....	93
4.2.3. Finalidades.....	93
4.2.4. Falhas e omissões .....	94
4.2.5. Atualização financeira .....	95
4.2.6. Não assinada.....	97
4.2.7. Entrega previamente ao julgamento do registro .....	97
4.2.8. Candidato sem bens .....	98
4.2.9. Procurador habilitado.....	98
4.2.10. Não apresentação .....	99

4.2.11. Crime de falsidade ideológica .....	99
4.2.12. Autossuficiência da declaração de bens.....	101
4.3. Propostas defendidas por candidatos a prefeito, governador e presidente.....	101
4.3.1. Fonte legal .....	101
4.3.2. Candidatos ao Poder Legislativo.....	102
4.3.3. Forma.....	102
4.3.4. Vinculação ao mandato.....	102
4.4. Variação nominal .....	102
4.4.1. Fontes legais .....	102
4.4.2. Órgãos públicos.....	104
4.4.3. Patente militar e cargo público.....	105
4.4.4. Área de atuação .....	106
4.4.5. Apelido ou nome pelo qual é mais conhecido .....	106
4.4.6. Nome social e identidade de gênero.....	108
4.5. Candidato <i>sub judice</i> .....	113
4.5.1. Fontes legais .....	113
4.5.2. <i>Status</i> jurídico.....	113
4.5.3. Abrangência.....	114
4.5.4. Participação em debates .....	119
4.5.4.1. Candidatos avulsos e participação em debates .....	120
4.5.5. Utilização de fundos públicos .....	121
4.5.6. Prestação de Contas.....	121
4.5.7. Cômputo de votos .....	121
4.5.8. Substituição de candidato e perda do interesse processual .....	122
4.5.9. Divulgação da votação .....	123
4.5.10. Proclamação dos resultados.....	124
4.5.11. Diplomação .....	124
4.6. Filiação partidária .....	124
4.6.1. Fontes legais .....	124
4.6.2. Requisitos e restrições.....	125
4.6.3. Prova da filiação .....	125
4.7. Domicílio eleitoral .....	132
4.7.1. Transferência de domicílio.....	134
4.8. Quitação eleitoral.....	135
4.8.1. Súmulas do TSE aplicáveis à quitação eleitoral.....	138
4.9. Órgão competente para registro e impugnação das candidaturas .....	139
4.10. Cargos a preencher .....	140
4.10.1. Cargos Executivos .....	141

4.10.2. Cargos Legislativos .....	141
4.10.2.1. Congresso Nacional .....	141
4.10.2.2. Assembleias Legislativas e Câmara Legislativa .....	143
4.10.2.3. Câmaras Municipais.....	144
4.11. Idade mínima .....	148
4.12. Analfabetismo e candidatura.....	149

### **Capítulo 5**

#### **SUSSTITUIÇÃO DE CANDIDATO ..... 155**

5.1. Disposições gerais.....	155
5.2. Substituição antes do segundo turno.....	158
5.3. Falecimento do titular eleito após a realização do segundo turno .....	158
5.4. Substituição da chapa majoritária .....	159
5.5. Fraude na substituição às vésperas do pleito.....	160

### **Capítulo 6**

#### **PRÉ-CAMPANHA ELEITORAL..... 165**

6.1. Introdução e fundamentos .....	165
6.1.1. Delimitação inicial do “processo eleitoral” .....	168
6.2. Disciplina normativa .....	170

### **Capítulo 7**

#### **PROPAGANDA INTRAPARTIDÁRIA ..... 203**

### **Capítulo 8**

#### **PROPAGANDA ELEITORAL ..... 207**

8.1. Considerações gerais, conceitos e limites.....	207
8.2. Casuística e extensão da matéria .....	210
8.3. Início.....	210
8.4. Muros, faixas, placas, cartazes, pinturas e inscrições .....	212
8.5. Veículos.....	213
8.6. Adesivos .....	213
8.7. Bandeiras .....	215
8.8. Comícios .....	217
8.9. Identificação visual de cabos eleitorais x brindes .....	218
8.10. Showmício .....	223
8.11. <i>Outdoors</i> .....	224
8.12. <i>Telemarketing</i> .....	224
8.13. <i>WhatsApp</i> e SMS .....	225
8.14. Trios elétricos.....	226

8.15. Carros de som e minitrios .....	226
8.16. Nome comercial .....	227
8.17. Identificação de candidatos majoritários.....	228
8.18. Direito à imagem.....	229
8.19. Bens que dependem de cessão ou permissão do poder público .....	230
8.19.1. Panfletagem em prédios públicos.....	231
8.20. Bens particulares .....	232
8.20.1. Mobilidade .....	232
8.20.2. Espontânea e gratuita.....	232
8.20.3. Identificação.....	232
8.21. Bens de uso comum .....	233
8.21.1. Banca de jornal e revistas .....	234
8.21.2. Táxi.....	235
8.21.3. Escola particular .....	235
8.21.4. Estabelecimento misto (residencial e comercial) .....	236
8.21.5. Estacionamento pago .....	236
8.21.6. Restaurante .....	237
8.21.7. Condomínio residencial .....	237
8.21.8. Sede de sindicato .....	238
8.21.9. Terreno baldio .....	238
8.21.10. Bem tombado pelo patrimônio público.....	239
8.22. Dependências do Poder Legislativo .....	241
8.23. Gabinete móvel .....	243
8.24. Meios de comunicação social.....	244
8.24.1. Rádio e televisão .....	244
8.24.1.1. Restrições .....	244
8.24.1.2. Período de campanha.....	250
8.24.1.3. Linguagem estrangeira .....	250
8.24.1.4. Debates.....	250
8.24.2. Jornais, revistas e demais impressos .....	252
8.24.3. <i>Internet</i> .....	254
8.24.3.1. Impulsioneamento de conteúdos .....	262
8.25. Propaganda eleitoral antecipada ou extemporânea .....	266
8.25.1. Promoção pessoal e propaganda eleitoral .....	266
8.25.2. Prazo e legitimidade passiva .....	266
8.25.3. Circunstâncias eleitorais .....	267
8.25.4. <i>Twitter</i> .....	267
8.25.5. <i>Facebook</i> .....	269

8.25.6. Propaganda partidária .....	271
8.25.7. Propaganda negativa .....	272
8.25.8. Comparação de administrações.....	272
8.25.9. Escritório político .....	274
8.25.10. Calendários .....	274
8.25.11. Adesivos .....	275
8.25.12. Publicidade institucional.....	275
8.25.13. Entrevistas.....	276
8.25.14. Colunas de jornal.....	278
8.25.15. Camisa do partido no dia da convenção.....	279
8.25.16. <i>Outdoors</i> .....	279
8.26. Símbolos nacionais.....	292
8.27. Fato sabidamente inverídico .....	295
8.28. Crimes contra a honra na campanha eleitoral .....	298
8.28.1. Considerações gerais .....	298
8.28.2. Calúnia .....	299
8.28.3. Difamação.....	300
8.28.4. Injúria .....	301
8.28.5. Sujeitos.....	302
8.28.6. Ação Penal Pública Incondicionada.....	302
8.28.7. Processamento .....	303
8.28.8. Quadro comparativo .....	304
8.28.9. Agravamento de penas.....	304
8.28.10. Suspensão condicional do processo .....	306
8.29. Direito de Resposta.....	307
8.29.1. Fontes legais, legitimidade e prazos .....	307
8.29.2. Procedimentos judiciais específicos .....	312
8.29.2.1. Órgão da imprensa escrita.....	312
8.29.2.2. Programação normal de rádio e televisão .....	314
8.29.2.3. Horário eleitoral gratuito.....	314
8.29.2.4. <i>Internet</i> .....	317
8.29.2.5. Carro de som.....	319
8.29.3. Decisão sobre Direito de Resposta.....	320
8.29.4. Recursos .....	320
8.30. Art. 241 do Código Eleitoral e solidariedade .....	320
8.31. Direito Autoral e propaganda eleitoral .....	323
8.32. Resumo da propaganda política.....	325

<b>Capítulo 9</b>	
<b>COMITÊ ELEITORAL .....</b>	<b>327</b>
9.1. Conceito .....	327
9.2. Localização e distância de prédios especiais.....	327
9.3. Distância mínima .....	329
9.4. Quantidade .....	330
9.5. Alvará e taxas municipais.....	330
9.6. Propaganda eleitoral antecipada .....	331
9.7. Pinturas e adesivos.....	331
9.8. Bens de uso comum .....	333
9.9. Prestação de serviços.....	333
9.10. Compartilhamento .....	335
9.11. Gastos de campanha .....	335
<b>Capítulo 10</b>	
<b>ARRECAÇÃO E APLICAÇÃO DE RECURSOS NASCAMPANHAS ELEITORAIS .....</b>	<b>337</b>
10.1. Fontes legais e regras gerais.....	337
10.1.1. Fontes de financiamento para as candidaturas femininas.....	342
10.2. Gastos eleitorais .....	346
10.3. Limites de gastos.....	351
10.4. Exclusão das despesas pessoais do candidato .....	353
10.5. Aplicação dos recursos de campanha: modalidades – devolução de valores – polêmica jurisprudencial.....	355
10.6. Pagamento indireto de prestadores de serviço.....	358
<b>Capítulo 11</b>	
<b>DOAÇÕES ELEITORAIS .....</b>	<b>361</b>
11.1. Pessoas Jurídicas .....	361
11.1.1. Doação de recursos do Fundo Partidário em benefício de candidato re- gistrado por agremiação que não formou coligação – pessoa jurídica – fonte vedada .....	365
11.2. Pessoas Físicas .....	369
11.2.1. Fontes legais.....	369
11.2.2. Limite legal e critério .....	371
11.2.3. Recursos próprios do candidato .....	372
11.2.4. Doador isento .....	372
11.2.5. Doação entre candidatos .....	374
11.2.6. Produto do próprio serviço ou da atividade econômica do doador .....	376
11.2.6.1. Inconstitucionalidade da disciplina por resolução .....	377
11.2.7. Doação de serviços estimáveis .....	380

11.2.7.1. Valor .....	382
11.2.8. Captador de recursos em <i>websites</i> .....	382
11.2.8.1. Resumo do <i>crowdfunding</i> eleitoral.....	388
11.2.9. Regime de bens .....	389
11.2.9.1. Regime da comunhão universal de bens.....	389
11.2.9.2. Regime da comunhão parcial de bens.....	391
11.2.10. Doação acima do limite legal.....	392
11.2.10.1. Instrumento processual e capacidade postulatória .....	392
11.2.10.2. Prazo.....	392
11.2.10.3. Foro .....	393
11.2.10.4. Rito processual .....	394
11.2.10.5. Relação de doadores excedentes.....	395
11.2.10.6. Declaração retificadora .....	396
11.2.10.7. Princípio da insignificância .....	399
11.2.10.8. Penalidades .....	401
11.2.10.9. Multa.....	401
11.2.10.10. Inelegibilidade e gravidade dos fatos .....	401
11.2.10.11. Ação Rescisória .....	408
11.2.11. Doador estrangeiro .....	408
11.2.12. Doador beneficiário do Auxílio Emergencial .....	410

## **Capítulo 12**

<b>PRESTAÇÃO DE CONTAS.....</b>	<b>411</b>
12.1. Fontes legais.....	411
12.2. Objeto e limite.....	417
12.3. Julgamento das contas .....	419
12.3.1. Aprovação.....	421
12.3.2. Aprovação com ressalvas .....	421
12.3.3. Desaprovação .....	429
12.3.4. Não prestadas .....	430
12.3.5. Desorganização contábil e razoabilidade.....	433
12.3.6. Alguns aspectos processuais relevantes da prestação de contas .....	434
12.3.7. Contas de vices e suplentes.....	437
12.3.8. Prestação de contas retificadora.....	438
12.4. Sobras de recursos financeiros de campanha .....	439
12.5. Conservação de documentos.....	441
12.6. Advogado constituído.....	442
12.7. Prova testemunhal.....	444
12.8. Do crescente detalhamento normativo da Prestação de Contas .....	449

**Capítulo 13**

<b>CAPTAÇÃO E GASTO ILÍCITO DE RECURSOS (ART. 30-A) .....</b>	<b>451</b>
13.1. Fonte legal .....	451
13.2. Objeto (Caixa dois) .....	451
13.3. Legitimidade ativa .....	462
13.4. Legitimidade passiva .....	462
13.5. Instrumento processual.....	463
13.6. Prestação de Contas e IJE.....	464
13.7. Omissões.....	466
13.8. Conta bancária extemporânea.....	467
13.9. Erro de identificação na doação .....	468
13.10. Gastos sem trânsito pela conta específica.....	468
13.11. Bens ou serviços que não integram o patrimônio dos doadores .....	474
13.12. Ausência de emissão ou falta de assinatura nos recibos eleitorais .....	474
13.13. Omissão de receitas e despesas .....	475
13.14. Origem não identificada x fonte vedada .....	477
13.15. Recursos de terceiros contabilizados como próprios.....	477
13.16. Laranjas.....	477
13.17. Excessos de gastos .....	481
13.18. Proporcionalidade x impunidade .....	484
13.19. Penalidades .....	486
13.20. Arrecadação e gastos ilícitos com publicidade nas pré-campanhas (moderação e teto de gastos) .....	486
13.21. Desvirtuamento na aplicação dos recursos destinados à participação política das mulheres.....	496
13.22. Jurisprudência genérica do art. 30-A.....	498
13.23. Densidade normativa do art. 30-A .....	499

**Capítulo 14**

<b>CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO (ART. 41-A) .....</b>	<b>501</b>
14.1. Exclusão de terceiro não candidato.....	501
14.2. Distribuição de combustível para eventos de campanha eleitoral .....	507
14.2.1. Carreata.....	508
14.2.2. Colocação de adesivos em veículos .....	512
14.2.3. Comícios .....	519
14.3. Distribuição de bebidas e refeições para eventos de campanha .....	519
14.3.1. Jantar e almoço político .....	519
14.3.2. Festa às vésperas da eleição .....	525
14.4. Promessas genéricas e grupo de eleitores.....	527

14.5. Repressão à oferta de vantagens em troca de voto no Direito Comparado.....	532
14.5.1. Portugal.....	532
14.5.2. Espanha.....	533
14.5.3. Panamá .....	533
14.5.4. Colômbia .....	533
14.5.5. Chile.....	534
14.5.6. Alemanha.....	535
14.5.7. França .....	535
14.5.8. Bélgica .....	536
14.5.9. Holanda.....	536
14.5.10. Romênia.....	537
14.5.11. México.....	537
14.5.12. Brevíssimas considerações .....	538

### **Capítulo 15**

## **CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS EM CAMPANHAS ELEITORAIS .... 539**

15.1. Considerações gerais, origens e importância.....	539
15.1.1. Agrupamentos temáticos .....	543
15.1.2. Interpretação e jurisprudência .....	547
15.1.3. Evolução legislativa da matéria .....	548
15.2. Agente Público.....	553
15.3. Litisconsórcio passivo necessário.....	555
15.3.1. Nova modificação de entendimento (Recurso Ordinário Eleitoral nº 060304010/DF).....	558
15.4. Penalidades .....	561
15.5. Princípios.....	572
15.5.1. Igualdade de oportunidades na eleição .....	575
15.5.2. Legalidade estrita.....	578
15.5.3. Abuso de poder .....	580
15.5.4. Abuso do poder político.....	582
15.5.5. Abuso do poder de autoridade e gravidade das circunstâncias .....	584
15.5.5.1. Conceito de autoridade para efeitos eleitorais.....	587
15.5.6. Caso de grave e urgente necessidade pública e matéria relevante e característica das funções de governo.....	589
15.6. Instrumentos de apuração e repressão .....	592
15.6.1. Legitimados ativos.....	592
15.6.2. Procedimento Preparatório Eleitoral.....	593
15.6.3. Representação .....	596
15.6.4. Investigação Judicial Eleitoral .....	597

15.6.5. Ação de Impugnação de Mandato Eletivo.....	597
15.7. Lapsos temporais restritivos .....	606
15.8. Contagem de prazos .....	610
15.9. Continuidade administrativa .....	610
15.9.1. Reeleição.....	613
15.9.1.1. Reeleição para o Poder Executivo na perspectiva do Direito Eleitoral Comparado .....	631
15.10. Casuística.....	635
15.10.1. Utilização de bens móveis ou imóveis públicos em benefício de candidatos, partidos e coligações.....	639
15.10.1.1. Veículos adesivados em áreas e estacionamentos públicos ....	648
15.10.1.2. Exceções .....	651
15.10.2. Utilização de materiais ou serviços custeados pelos Governos ou Casas Legislativas que excedam as prerrogativas legais.....	653
15.10.3. Utilização de servidores públicos ou empregados da administração pública no horário de expediente.....	659
15.10.3.1. Agentes políticos.....	665
15.10.3.2. Licenças, férias e horários livres.....	668
15.10.3.3. Uso de bottons ou adesivos por servidores públicos no local de trabalho .....	669
15.10.3.4. Postagem de apoio político por servidor público em horário de expediente .....	670
15.10.4. Uso promocional de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social.....	672
15.10.5. Movimentação de pessoal .....	680
15.10.5.1. Contratação de estagiários .....	704
15.10.6. Transferência voluntária de recursos.....	707
15.10.7. Publicidade institucional.....	712
15.10.7.1. Publicidade Institucional e Condutas Vedadas: a controvertida jurisprudência do TSE.....	715
15.10.7.2. Placas de obras públicas.....	724
15.10.7.3. Festas municipais e estaduais .....	725
15.10.7.4. <i>Sites</i> dos Poderes Legislativo e Executivo .....	727
15.10.8. Pronunciamentos em cadeia de rádio e TV.....	729
15.10.9. Despesa excedida com publicidade institucional.....	733
15.10.9.1. Requisição de informações sobre os gastos .....	738
15.10.10. Revisão geral da remuneração de servidores públicos.....	739
15.10.10.1. Outros benefícios funcionais .....	744
15.10.10.2. Abono.....	745
15.10.10.3. Reestruturação de carreira de servidores públicos .....	747

15.10.11. Distribuição gratuita de bens, valores, benefícios e programas sociais ....	747
15.10.11.1. Programas sociais e entidades nominalmente vinculadas a candidato ou por este mantida .....	760
15.10.12. Promoção pessoal na publicidade institucional.....	768
15.10.13. Contratação de shows artísticos .....	772
15.10.14. Inaugurações de obras públicas .....	775
15.10.14.1. Tipicidade da conduta e sujeito ativo .....	776
15.10.14.2. Excesso praticado por não candidato.....	777
15.10.14.3. Conceito de obra pública e bem jurídico tutelado .....	777
15.10.14.4. Constitucionalidade .....	781
15.10.14.5. Processamento .....	781
15.10.14.6. Casuística.....	782
15.10.14.7. Aplicabilidade do dispositivo frente à Lei nº 13.165/15.....	798
15.10.14.8. Inelegibilidade.....	802
15.10.14.9. Quadro comparativo do art. 77 .....	803
15.11. Inelegibilidade por Condutas Vedadas.....	804
15.12. Desdobramentos das Representações .....	809
15.12.1. Quadro comparativo RP/IJE.....	811
15.13. As Condutas Vedadas na perspectiva do Direito Eleitoral Comparado.....	812
15.13.1. Portugal .....	813
15.13.2. Espanha.....	814
15.13.3. Argentina.....	814
15.13.4. Honduras.....	815
15.13.5. México.....	815
15.13.6. Panamá.....	816
15.13.7. Colômbia.....	817
<b>Capítulo 16</b>	
<b>ENCERRAMENTO DA PROPAGANDA ELEITORAL DE RÁDIO E TV .....</b>	<b>819</b>
<b>Capítulo 17</b>	
<b>PROPAGANDA PAGA NA IMPRENSA ESCRITA (ART. 43) .....</b>	<b>821</b>
<b>Capítulo 18</b>	
<b>VÉSPERA DO PLEITO .....</b>	<b>827</b>
<b>Capítulo 19</b>	
<b>DIA DO PLEITO .....</b>	<b>829</b>
19.1. Propaganda eleitoral .....	829
19.2. Crimes eleitorais .....	829
19.3. Eleitor na cabina de votação e voto secreto .....	837

19.4. Transporte de eleitores .....	840
19.5. Manifestação individual e silenciosa .....	849
19.5.1. Manifestação individual e silenciosa na perspectiva do Direito Eleitoral comparado.....	851
19.5.1.1. Portugal.....	852
19.5.1.2. Espanha.....	852
19.5.1.3. Argentina.....	852
19.5.1.4. Canadá.....	852
19.5.1.5. Estados Unidos .....	853
19.5.1.6. Colômbia.....	854
19.5.1.7. Chile .....	854
19.5.1.8. Panamá.....	855
19.5.1.9. Bolívia.....	855
19.5.1.10. Itália.....	855
19.6. Comércio.....	855
19.7. Pesquisas eleitorais .....	857
19.8. Presença de candidatos em locais de votação .....	858
19.9. Lei Seca.....	863
19.9.1. Atipicidade penal .....	864
19.9.2. A Lei Seca na perspectiva do Direito Eleitoral Comparado .....	866
19.10. Derrame de santinhos .....	868
<b>Capítulo 20</b>	
<b>PESQUISAS ELEITORAIS.....</b>	<b>877</b>
20.1. Considerações gerais.....	877
20.2. Registro, informações obrigatórias e divulgação.....	878
20.3. Crime de pesquisa eleitoral fraudulenta.....	885
20.4. Pesquisa eleitoral fraudulenta e abuso de poder .....	887
20.5. Acesso judicial ao sistema interno de controle, verificação e da coleta de dados.....	889
20.6. Responsabilização penal dos representantes legais da empresa ou entidade de pesquisa e do órgão veiculador da pesquisa fraudulenta.....	891
20.7. Crime do art. 350 do Código Eleitoral .....	891
20.8. Enquetes e sondagens.....	892
20.8.1. Quadro comparativo pesquisa x enquete .....	893
20.9. Exclusão de pré-candidato de pesquisa eleitoral .....	894
20.10. Divulgação em rede social de pesquisa eleitoral destituída de registro.....	895
20.11. Evolução legislativa da matéria .....	897
20.12. Nomenclaturas oficiais das pesquisas eleitorais .....	902

<b>Capítulo 21</b>	
<b>AFASTAMENTOS E DESINCOMPATIBILIZAÇÕES .....</b>	<b>903</b>
21.1. Eleição Municipal .....	903
21.2. Eleições gerais.....	912
21.3. Destaques jurisprudenciais gerais.....	922
21.4. Competência e não a nomenclatura do cargo.....	929
21.5. Parentesco e inelegibilidade.....	930
<b>Capítulo 22</b>	
<b>REQUISIÇÃO DE FORÇA FEDERAL .....</b>	<b>937</b>
22.1. Fontes legais e regras gerais.....	937
22.2. Circunstâncias de perturbação dos trabalhos eleitorais.....	938
<b>Capítulo 23</b>	
<b>MULTAS ELEITORAIS .....</b>	<b>943</b>
23.1. Fontes legais e regras gerais.....	943
23.2. Execução e cumprimento de decisões impositivas de multas eleitorais.....	948
<b>Capítulo 24</b>	
<b>SÚMULAS DO TSE .....</b>	<b>949</b>
24.1. Desincompatibilização (2) .....	949
24.2. Doação eleitoral (1) .....	949
24.3. Filiação partidária (4) .....	950
24.4. Inelegibilidade (16) .....	950
24.5. Matéria processual (31) .....	952
24.6. Multas eleitorais (2) .....	954
24.7. Prestação de contas (3) .....	954
24.8. Propaganda eleitoral (2) .....	955
24.9. Registro de candidatura (8) .....	955
24.10. Desfiliação partidária (1) .....	956
<b>Capítulo 25</b>	
<b>NOTITIA CRIMINIS.....</b>	<b>957</b>
Fontes legais e considerações gerais.....	957
<b>Capítulo 26</b>	
<b>EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 111/21 .....</b>	<b>961</b>
26.1. Distribuição do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) para candidatas mulheres e candidatos negros para a Câmara dos Deputados .....	961
26.2. Anuência partidária para a desfiliação .....	962

26.3. Datas das posses dos titulares do Poder Executivo .....	968
<b>Capítulo 27</b>	
<b>LEI Nº 14.208/21 .....</b>	<b>969</b>
27.1. Federações partidárias.....	969
<b>Capítulo 28</b>	
<b>LEI Nº 14.211/21 .....</b>	<b>975</b>
28.1. Texto legal .....	975
28.2. Limitação da competência normativa do TSE relativamente à organização partidária .....	977
28.3. Ajustes normativos decorrentes da extinção das coligações proporcionais .....	978
28.4. Percentuais de votação para “sobras eleitorais” .....	978
28.5. Número de candidatos.....	979
28.6. Debates de rádio e TV entre candidatos proporcionais .....	979
<b>Capítulo 29</b>	
<b>LEI COMPLEMENTAR Nº 184/21 .....</b>	<b>981</b>
29.1. Texto legal .....	981
29.2. Exclusão de inelegibilidade .....	982
29.3. Quadro comparativo da alínea g.....	986
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>987</b>